



O passado no presente: a Ditadura Militar no contexto educacional entre os temas sensíveis

ARTIGO

Cleusa Teixeira de Sousaⁱ 

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil

Maria Dailza da Conceição Fagundesⁱⁱ 

Universidade Estadual de Goiás, Goiânia, GO, Brasil

1

Resumo

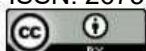
A Ditadura Militar no Brasil engloba o arcabouço dos temas sensíveis, sobretudo, no contexto educacional em decorrência do apagamento intencional de provas e memórias que remontam aos acontecimentos desse período. Haja vista que grupos conservadores tendem a desqualificar as disciplinas das humanidades com ataques levianos e sem fundamentos científicos e sugerem o revisionismo histórico sem embasamento teórico e/ou epistemológico que estructurem a análise crítico-reflexiva dos fatos, o objetivo deste artigo concentra-se em contribuir com os estudos relativos ao tema, bem como trazer à tona a relevância dos docentes das humanidades em fortalecer a prática educacional em torno dos Direitos Humanos estabelecendo reflexões críticas de temáticas como a Ditadura, evento que parecia ter sido superado pelo tempo, mas que ainda permanece às sombras no presente. Para tanto, estabeleceremos diálogos com Reinhart Koselleck, Maria Lígia Coelho Prado, Rodrigo Patto Sá Motta (2021), Constituição Brasileira de 1988 e Declaração dos Direitos Humanos (1948).

Palavras-chave: Ditadura Militar. Direitos Humanos. Ensino de História. Memórias. Temas Sensíveis.

The past in the present: the Dictatorship Military in the educational context among sensitive topics

Abstract

The Military Dictatorship in Brazil is a sensitive subject, especially in the educational context, due to the intentional erasure of evidence and memories dating back to the events of that period. Conservative groups tend to disqualify humanities disciplines with frivolous attacks that have no scientific basis. They suggest historical revisionism without a theoretical and/or epistemological basis to structure a reflexive critical analysis of the facts. The aim of this article is to contribute to studies on the subject, as well as to highlight the importance of humanities teachers in strengthening educational practice around human rights by establishing critical reflections on themes such as the Dictatorship, an event that seemed to have been overcome by time, but which still remains in the shadows in the present. To this end, we will establish dialogues with Reinhart Koselleck, Maria Lígia Coelho Prado, Rodrigo Patto Sá Motta (2021), the Brazilian Constitution of 1988 and the Declaration of Human Rights (1948).





Keywords: Military Dictatorship. Human Rights. Teaching History. Memories. Sensitive Topics.

1 Introdução

2

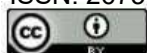
No Brasil, vivenciamos momentos complicados nas primeiras décadas do século XXI. Não por acaso, diversos membros da sociedade brasileira pediram a volta da Ditadura¹ Militar. Ao ver esses acontecimentos ganharem popularidade e ocuparem as colunas dos principais jornais nacionais e internacionais, indagamos: onde falhamos como professores historiadores? A resposta a esse questionamento tem se demonstrado mais complexa do que imaginamos. Haja vista que, para responder a ele, precisamos resgatar a história das disciplinas, sobretudo, acerca da História no Brasil, a qual, no decorrer do período ditatorial, sofreu um desmonte que a transformou (especialmente, ao que se refere à etapa do Ensino Médio) em Estudos Sociais, cujo objetivo era fortalecer o poder das Forças Armadas e o patriotismo, garantindo a ênfase nos estudos de símbolos do Exército e aqueles pertinentes às representações nacionais.

Dentre suas representações, destacamos o hino da instituição (Exército) e os brasões, assim como o Hino Nacional e a Bandeira do Brasil, entre outras formas representativas que confirmassem o Exército como patrono dos brasileiros e criassem a memória figurativa e ilegítima de sua força em defesa de seu povo. No entanto, essa estratégia política e de poder buscava afirmar e consolidar o poder autoritário do Exército sobre as demais instituições brasileiras.

Foi somente a partir da Redemocratização² do país que a História ganhou espaço no currículo escolar do Ensino Médio novamente. Aos poucos, foi ganhando mais força e novos estudos deram vasão a seu ensino e aprendizagem no meio escolar. Já nos anos

¹ A ditadura moderna é um regime constitucional, cujos princípios subvertem a ordem política preexistente. As estruturas se baseiam em um alto grau de concentração de poder no Executivo, exercido por um indivíduo ou por um grupo menor próximo do ditador. Contrária ao regime democrático (Prado, 2021, p. 62).

² O período de Redemocratização é fundamental na reconstrução da História da Redemocratização do Brasil, pois a memória do passado retrata o presente, permitindo compreender a continuidade dos fatos no presente, pois trata-se de um passado vivido que deixou marcas em um povo (Medeiros *et al.*, 2022, p. 2).





finais da década de 1990, a disciplina História ganhou caráter crítico, investigativo, por meio de documentos legais, como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB – 9.394/96), a lei que rege a educação no Brasil; os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), orientações para os professores trabalharem temas ligados à sociedade, à cidadania e ao meio ambiente, buscando fortalecer a educação básica; entre outros.

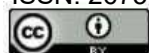
A figuração do Golpe³ de 1964 ainda é uma prerrogativa atual no Brasil, levando em consideração que grupos conservadores ainda negam/rejeitam a nomenclatura do evento como “Golpe”. Para esse grupo mais radical e autoritário, o fato de os militares terem tomado o poder em 1964 pode ser considerado um ato de bravura digno de comemoração, e, assim, defendem a tese de que foi para o “bem” da democracia e da economia. Afirmam que a derrocada da esquerda foi um marco que principiou o regime político guiado pela expressão “ordem e progresso”. Muitas vezes denominado de revolução e também movimento, os quais parecem ser conotações mais agradáveis e que sugerem a “positividade” dessas mudanças.

A recepção⁴ desses discursos em defesa do Golpe de Estado⁵ e da Ditadura só voltou a ocorrer atualmente em decorrência de os políticos que estiveram à frente do processo de transição da Ditadura para a Redemocratização do país, em meados da década de 1980, terem evitado um enfrentamento mais radical contra os responsáveis de tamanha tragédia. Nesse sentido, o governo se eximiu de cumprir seu papel investigativo e de conduzir o processo desvelando os acontecimentos violentos à sociedade. Faltou, naquele momento, evidenciarem os usos e os abusos do autoritarismo dos militares entre os anos de 1964 e 1985 e trazerem à tona a violação dos Direitos Humanos ocorridos durante a Ditadura Militar no Brasil. Do mesmo modo, carece cobrar a conta dos culpados

³ A derrubada de Jango e a tomada do poder foi uma ação apoiada pelos representantes norte-americanos no Brasil. Os estadunidenses fizeram campanha anticomunista e acusaram Jango de comunista, com pressões políticas e ideológicas, dando forma ao golpe de Estado (Corrêa, 1977; Motta, 2021, p. 53).

⁴ A recepção não é apenas uma mera reprodução do passado, pois reproduzi-lo é impossível, haja vista que no presente as circunstâncias não são mais as mesmas e depende dos contextos de cada período e da compreensão de seus receptores na contemporaneidade (Hartog, 2013).

⁵ Após a implementação do golpe, seus líderes buscaram controlar os centros de poder tecnológico do Estado, diversos centros prestadores de serviços públicos. A concretização do golpe ocorre com a derrubada de um governo democraticamente eleito pelo povo, implementando-se uma ditadura (Prado, 2021, p. 61).

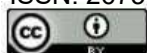




pela retirada do direito à liberdade de fala, de expressão, pela censura à cultura musical, artística, teatral, por infligirem o direito de defesa de cidadãos acusados, presos e punidos arbitrariamente. Há estudos, como o de Denise Assis (2020), que defendem a tese de que a Ditadura não se findou em 1985. Em sua concepção, nesse ano, o que finalizou foi apenas o regime militar, haja vista que a Ditadura perdurou até 1989, quando ocorreu a eleição do primeiro presidente por meio do voto direto. Portanto, de 1985 a 1989, tratou-se de um período de transição. No Brasil, essa transmutação foi feita lentamente via Colégio Eleitoral e voto indireto.

No tocante às atrocidades ocorridas nesse período, Reina (2019) salienta que se faz necessário identificar e culpabilizar aqueles que corroboraram para o desaparecimento, sobretudo, de inúmeros jovens (estudantes) e demais desaparecidos políticos – como ocorreu com o jornalista Alexandre von Baumgarten, de 52 anos, cujo corpo foi encontrado na praia da Macumba, no Rio de Janeiro, tempos depois de seu desaparecimento (13/10/1982). Baumgarten havia saído para uma pescaria nas Ilhas Cagarras com sua consorte e o barqueiro, os quais jamais foram achados, nem mesmo o barco encontraram (Gasparini, 2016, p. 215). Tal episódio, para além das práticas de exílio e outras penas de torturas efetivadas nesse tempo, retrata a dor de uma família, cuja parentela e pais não tiveram o direito de enterrar seus mortos.

Outra situação que remonta casos de desaparecidos políticos dessa época diz respeito às confissões de Cláudio Antônio Guerra, atestadas como verdadeiras pelo Ministério Público Federal em 2019, sob solicitação da Comissão da Verdade. Suas confissões versavam sobre o destino dado aos 12 corpos de desaparecidos políticos do tempo da Ditadura. Esses corpos foram incinerados nos fornos da Usina Cambahyba, em Campos dos Goytacazes (Norte Fluminense), pelo próprio Guerra. Seu testemunho contribuiu na elucidação de uma ínfima parcela dos episódios obscuros da Ditadura (Assis, 2020). Outra situação de assassinato se refere ao caso do jovem pernambucano opositor à Ditadura, Ramires Maranhão do Valle, morto aos 23 anos no Rio de Janeiro, esposo de Maria do Socorro Diógenes, a qual tornou pública sua experiência dolorosa de perder seu cônjuge dessa maneira e de sua própria experiência em uma prisão de Recife, onde



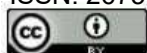


vivenciou os horrores das torturas realizadas por militares contra si e um grupo de companheiros militantes (Diógenes, 2020).

Quanto a cobrar a culpa dos responsáveis pelos crimes desse período, é válido ressaltar que, de acordo com as leis brasileiras, “[...] é dever do poder público investigar, processar e punir os violadores dos direitos humanos [...]”, garantindo a reparação justa e afastando os criminosos de órgãos que zelam pelo exercício da legalidade e das demais posições de autoridade no país, bem como revelando a verdade às vítimas, à parentela e a demais membros da sociedade (Reina, 2019, p. 9).

Silenciar e conduzir a sociedade ao esquecimento dessas ações não contribuíram para que os cidadãos do tempo presente reconhecessem os fatos decorrentes desse Golpe e empreendessem críticas sobre os acontecimentos. Os acontecimentos trágicos e violentos do passado precisam ser estudados, debatidos, esclarecidos e questionados, para que a sociedade contemporânea tenha conhecimento dos fatos e rememore esses eventos, buscando combater qualquer possibilidade de que situações semelhantes voltem a acontecer. Reina salienta que seja “por falta de coragem, vontade política ou qualquer outro motivo, o fato é que o país não se esforça para promover políticas públicas de grande abrangência e eficiência para resgatar a sua própria memória” (Reina, 2019, p. 10).

Mediante esse contexto e não raro, os professores de História se deparam continuamente com casos e argumentos negacionistas em sala de aula em relação à violência e à opressão dos chamados “Anos de Chumbo”. Não por acaso, o assunto engloba os temas sensíveis, visto que trabalhar com esses temas em sala de aula suscita problemáticas preexistentes no jogo sociopolítico de naturalização de fatos traumáticos ocorridos. A esse exemplo, citam-se o Holocausto, a Ditadura Militar, a exclusão às diversidades culturais – escravização –, entre outras temáticas contextualizadas pelas relações de poder que cada sociedade desenvolve historicamente com o seu passado. Dessa maneira, os mecanismos de silenciamentos e esquecimentos utilizados para se apagar as memórias de um passado traumático ou violento causam controvérsias entre os estudantes, que muitas vezes se fecham para novas reflexões sobre o passado, mesmo quando são operacionalizados no ensino e na aprendizagem de História. Porém, “o





problema dos temas sensíveis é que eles não são fáceis de tratar em sala de aula – aliás, em lugar nenhum” (Alberti, 2014, p. 2).

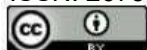
Nesses momentos, nota-se a sensibilidade da temática, vista a dualidade de sua demanda. Tal sensibilidade é uma fase relevante na condução do processo, por tornar necessário ouvir os estudantes sem cercear suas visões e/ou opiniões, ainda que sejam descabíveis. Mas também é imprescindível que os professores atuem como mediadores do conhecimento nessas situações, apontando os fatos e os desdobramentos dos processos históricos, de forma crítica, porém tomando os devidos cuidados, evitando tratarem o assunto a partir de argumentos valorativos e/ou pejorativos.

É preciso realizar as análises das perspectivas históricas de acordo com o tempo e os acontecimentos envolvidos nas abordagens, examinar as estruturas e as instituições sociais, bem como as relações de poder do período estudado. Cabe aos docentes, portanto, contrapor espectros do passado, revelando visões históricas plurais e contraditórias (Napolitano, 2021, p. 105-106). Essa é uma tarefa árdua, porém possível e necessária, levando em consideração a construção da consciência histórica⁶ dos estudantes, de modo a contribuir para sua constituição enquanto cidadãos cômicos de seus direitos e deveres.

É importante destacar que, antes da reforma das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), sobretudo, das diretrizes instituídas para o estado de Goiás (DC-GO/2019), o conteúdo relativo à “Ditadura Militar” era ministrado na 3ª série do Ensino Médio (EM) – (última fase dessa etapa). Conteúdo este que, após a reforma, passou a compor os objetos de conhecimentos indicados para a 1ª série do EM⁷, período em que os estudantes ainda não têm tanta maturidade e seu processo de construção histórica ainda se encontra em fase bem inicial. Essa inversão nas fases de ministração desse conteúdo específico

⁶ A consciência histórica se desenvolve na compreensão das experiências do passado no presente, visando a desenvolver orientações para o campo de expectativas do futuro e corroborando para que situações semelhantes não voltem a ocorrer (Rüsen, 2007).

⁷ As conexões estabelecidas entre as reformulações da BNCC e das Diretrizes Curriculares para a Educação Básica alteraram conteúdos e etapas educacionais nas quais deveriam ser aplicados. No caso da Ditadura Militar, antes da Reforma de 2017, era ensinada na 3ª série do EM (Paula; Zaluski, 2022, p. 2).





parece-nos intencional se levarmos em conta que foi pensada com a retomada da direita ao poder em 2016. Pois, quanto menos maturidade os alunos tiverem para a compreensão e reflexão crítica relativa aos temas estudados, menor também será a sua apreensão e compreensão acerca da temática trabalhada, sobretudo, quando se trata de temas tão amplos e complexos quanto esse.

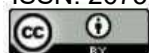
Assim, cabe aos docentes de todas as etapas trabalharem os conteúdos fazendo paralelos entre o presente e o passado, trazendo à tona os projetos e interesses da sociedade que estão em constantes disputas. Dessa forma, o objeto de conhecimento “Ditadura” requer mais explicações, tendo em vista que *a priori* a intenção do Golpe de Estado não era passar o poder presidencial aos militares, mas sim ter as dinâmicas sociais encabeçadas pela elite do período para impulsionar o Golpe, que se desdobrou na Ditadura Militar.

2 Metodologia

Metodologicamente, optamos pelo cotejamento das fontes legislativas educacionais e da historiografia relativa à temática da pesquisa. Assim, recorreremos às obras recentes acerca do tema que trazem novas interpretações sobre ele a partir da instauração da Comissão Nacional da Verdade, instituída legalmente pelo Estado brasileiro com o fito de investigar as possíveis violações dos direitos humanos ocorridas no decorrer da Ditadura Militar de 1964 a 1985. Tendo em vista que, dentre os artigos dos Direitos Humanos, um se refere ao direito à vida e os demais estão relacionados aos direitos civis e sociais dos cidadãos.

3 De Golpe à Ditadura

O Golpe de Estado de 1964 trata-se de um dos eventos mais violentos e apavorantes de repressão da História do Brasil. Foi principiado com a deposição de João Goulart (em 31 de março de 1964) do poder e responsável pela inauguração de um regime militar que perdurou por pouco mais de duas décadas (1964-1985). Embora *a priori* não desse indícios de que resultaria na Ditadura, “representou a expressão mais





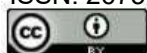
contemporânea do persistente autoritarismo brasileiro”, assim como o Estado Novo – 1937-1945 (Fico, 2014, p. 8). Dessa maneira, nos questionamos: como o golpe se transformou em Ditadura?

Em resposta a essa questão, retomamos os acontecimentos que deram força para que o golpe ocorresse. No tocante ao tema, é relevante considerar os seus apoiadores iniciais e levar em conta que um golpe dessa magnitude acontece de modo gradual e lento. Tal situação nos leva a compreender que, antes de se materializar, este já vinha sendo arquitetado e recebia apoio de diversas frentes, entre elas destacam-se os representantes civis (imprensa, empresários e grandes fazendeiros), militares (estaduais e federais/Forças Armadas) e religiosos (Igreja Católica), bem como os Estados Unidos. Citamos algumas dessas frentes de apoio, como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Instituições que *a posteriori* se arrependeram pela adesão ao evento mediante à realidade vivenciada, como as liberdades cerceadas e demais práticas ditatoriais adotadas a esse tempo. Tais órgãos se tornando opositoras ao regime imposto sob pena de (re)pressões.

Embora os apoiadores do golpe tivessem um número expressivo, não há como desconsiderar que João Goulart também contasse com o apoio de boa parte da sociedade. A complexidade dos fatos revela que, se houvesse novas eleições no ano posterior ao golpe e se João Goulart se candidatasse novamente, possivelmente seria ele o candidato eleito, visto que contava à época com mais da metade das intenções de voto nas capitais pesquisadas, perdendo apenas em Fortaleza e Belo Horizonte para Juscelino Kubitschek.

O fato de o Golpe de 1964 se tratar de um evento histórico feito de “carne e osso” é passível de ser observado, por dinamizar indivíduos que possuem passados e modelos divergentes de fazerem e de atuarem na política. São sujeitos que:

[...] amam, odeiam, têm dúvidas e medos. Aqui, acontecimentos repletos de tensão, como o Comício da Central do Brasil de 13 de março de 1964, convivem com notícias do cotidiano. Entre elas, o incêndio do Gran Circus Norte-Americano, em 1961, e a vitória do Brasil na Copa do Mundo de 1962, quando o país também conquistou a Palma de Ouro no Festival de Cannes, com o filme *O pagador de promessas* (Motta, 2023, p. 9).

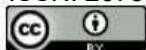




Verifica-se a situação política da época, também por meio da fala dos entrevistados em São Paulo, pois cerca de 55% consideravam relevantes para o povo as propostas políticas anunciadas por Jango no Comício Central. Em meados de 1963, João Goulart contava com cerca de 66% da aprovação do povo paulistano. Apoiadores do golpe, como o coronel Jarbas Passarinho (ministro de Costa e Silva), defendiam a tese que Jango pretendia dar um golpe na tentativa de se manter no poder sob o apoio das esquerdas, tornando seu governo “comunista”. Essa foi a defesa que usaram para legitimar o Golpe de Estado de 1964, patrocinando a ideia de que essa foi a “revolução redentora” ou um “contragolpe preventivo” (Fico, 2014, p. 10).

No período que antecedeu o golpe, a proposta anunciada por Jango de reforma agrária obteve apoio superior a 70% em algumas capitais e seu apoio estava em 72% da população brasileira. Portanto, a derrubada de Jango não foi um mero evento que contou apenas com apoios de políticos, mas foram as junções das forças civis que deram vasação à magnitude do golpe, visto que, para além de governadores e parlamentares, diversos líderes civis brasileiros, assim como do governante dos EUA, tiveram papéis ativos e também foram responsáveis pela conspiração e pela deflagração do golpe que deu início à Ditadura, evento que aniquilou a democracia no país por 21 anos e suprimiu as forças contrárias aos seus interesses.

Todavia, os acontecimentos decorrentes do período posterior ao golpe foram de total responsabilidade dos militares. Os inúmeros civis que apoiaram o golpe foram imediatamente afastados pelos próprios militares, que não pretendiam dividir o poder com os civis. Boa parte da sociedade também deu apoio à Ditadura Militar, principalmente em seu auge, em decorrência ao impulso econômico ocasionado por estratégias governamentais dos militares, que originou o chamado “Milagre Econômico” (1968-1973). Milagre para alguns poucos e mazela para a maioria dos trabalhadores, que tiveram seus salários congelados, e dos negros, que, durante esse regime, também foram desfavorecidos, haja vista que tal milagre não chegou até eles. O mesmo Jarbas





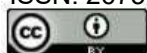
Passarinho, que defendeu e motivou o golpe, também contribuiu com a criação de estratégias políticas e de *marketing* para legitimar o acontecimento perante a sociedade.

Como ministro da junta militar no governo de Artur Costa e Silva (1967-1969), depois de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) e também de João Figueiredo (1979-1985), na primeira oportunidade, mostraram seus instintos ditatoriais aprovando o AI-5 (1968), sob o jargão “às favas os escrúpulos de consciência”.

Decretado em dezembro de 1968, no governo de Artur Costa e Silva, foi o mais violento dentre os 16 Atos Institucionais. O AI-5 foi decretado para intimidar a sociedade por meio do medo e se caracterizou como uma ferramenta eficaz contra os opositores da Ditadura (Schwarcz; Starling, 2015, p. 455). O AI-5 reforçou a abertura dada às forças de segurança governamentais, acirrando a repressão e a perseguição àqueles que apoiavam a democracia e tendiam a “resistir” à Ditadura (Serbin, 2001, p. 22). Restringia direitos, como o *Habeas Corpus* em casos de crimes de motivações políticas; decretou o fechamento do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas dos Estados. Por meio do Ato, inúmeros políticos e magistrados perderam seus direitos políticos. Além disso, censurou a imprensa, a música, o teatro, o cinema e a televisão; decretou o toque de recolher; tornou ilegal reuniões políticas sem a autorização prévia da polícia; legitimou os decretos imediatos emitidos pela presidência; garantiu poderes ao Presidente de destituir dos cargos públicos qualquer servidor acusado de subversão e não cooperação ao regime (Napolitano, 2024).

A aprovação do AI-5 seria uma maneira de pôr fim à dinâmica social que antecedeu ao golpe, a qual atingiu o ponto alto das lutas dos trabalhadores brasileiros em meados do século XX, para além da promessa de reforma agrária anunciada por Jango nas prévias da eleição. Portanto, os militares não queriam correr o risco de instituírem novas eleições e terem como resultado a reeleição de João Goulart.

Com a derrubada de João Goulart decorrente do Golpe de Estado de 1964, a presidência ficou vaga, assumida na sequência pelo então presidente da Câmara, Ranieri Mazzili, o qual se manteve no cargo até os militares anunciarem as eleições indiretas. Assim, o primeiro militar a ocupar a presidência após o golpe foi o Marechal Humberto de





Alencar Castello Branco (1964-1967); na sequência Artur Costa e Silva (1967-1969); depois de Emílio Médici (1969-1974); Ernesto Geisel (1974-1979); e, por fim, João Figueiredo (1979-1985).

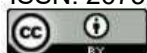
4 O apagamento intencional de provas e memórias: violações dos direitos humanos e corrosão da democracia no Brasil

11

Nos demais países da América Latina onde ocorreu a Ditadura, como Argentina, Uruguai e Chile, houve e há um extenso programa de estudos, elucidação e difusão dos fatos históricos imbuídos de ações violentas, repressivas, antidemocráticas, entre tantos outros fenótipos típicos dos atos de militares no decorrer da Ditadura, ocasionados pelos processos de redemocratizações latinas. De acordo com Reinhart Koselleck (2006), o presente reconstrói o passado por meio das problematizações levantadas, mas também é no presente que ressignificamos o passado (campo de experiência). Desse modo, cada presente concebe sua maneira de lidar com o passado transvestido de memórias, vestígios ou permanências. Ocorre como uma espécie de passado atual, por se tratar de uma temporalidade em que os acontecimentos foram incorporados e, mesmo no tempo presente, são passíveis de serem lembrados e (re)atualizados.

Quanto ao silenciamento/apagamento dos fatos ocorridos nos Anos de Chumbo, Reina (2019), em seu projeto “Jornalismo de Redescoberta”, buscou desvendar acontecimentos silenciados pelos militares no tempo da Ditadura. Para tanto, entrevistou líderes dos comandos das Forças Armadas nos idos de 2018, os quais, aos moldes de seus antecessores, que atuaram nos cinco mandatos ditatoriais (1964-1985), deram continuidade ao jargão utilizado anteriormente (“Nada a declarar”), na tentativa incessante de silenciar e escamotear os fatos impregnados de práticas terroristas como desde outrora ocorria (com a negação dos militares sobre o pronunciamento acerca desses fatos).

Essa expressão – “Nada a declarar” – encontra-se na base da construção de uma retórica de negação criada pelos comandos militares no decorrer do regime ditatorial e absorvida amplamente por essa classe e pelas autoridades civis comprometidas com a Ditadura para encobrir ações de repressão, espionagem, censura, tortura, sequestro de





bebês, crianças e adolescentes, atrocidades que ocorriam dentro e fora dos quartéis do Exército (Fico, 2014, p. 84).

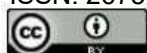
Entre os 19 casos de sequestros, 11 deles ocorreram no Araguaia entre os anos de 1972 e 1974, sob o governo de Médici e de Geisel. Correspondeu à fase mais intensa de repressão aos guerrilheiros. Outros casos dessa natureza ocorreram também em Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná e Pernambuco; e outras cinco crianças de tribo indígena Marãiwatsédé, do Mato Grosso, foram para os cativos militares e a tribo inteira foi transferida de suas terras⁸. As adoções dessas crianças que ocorreram posteriormente, ao serem levadas para os orfanatos, aconteceram de forma irregular.

Dos 19 sequestros identificados por Reina, ressaltam-se aqui alguns casos. Entre eles, destaca-se Antônio José da Silva – Antoninho – preso em 1974 por andar com os guerrilheiros e ser próximo de Oswaldão (líder dos guerrilheiros do Araguaia). *A priori*, foi levado para um quartel no Rio de Janeiro. Seu paradeiro, *a posteriori*, é desconhecido (Reina, 2019, p. 28).

Outro caso se refere a uma vítima de sequestro logo após o nascimento, cujo nome não foi divulgado, filha de militante político que atuava no Paraná à época. Ela disponibilizou diversos documentos, como certidão de nascimento, documentos do orfanato, exames de DNA e cartas, que comprovam suas origens e apropriação indevida por sequestro nos fins da década de 1960. Atualmente, reside em São Paulo. Logo após o sequestro, essa bebê foi conduzida a Curitiba e confiada a uma instituição religiosa. Por conseguinte, um casal a adotou clandestinamente, o homem era um general do Exército que atuou no país e que era internacionalmente a favor do regime ditatorial. Sua certidão de nascimento foi fraudada. Essa vítima chegou a conhecer sua mãe biológica, apesar de não manter contato com ela e atualmente ainda busca pelo pai biológico (Reina, 2019, p. 28-29).

Também sequestrada, Iracema de Carvalho Araújo foi presa em Recife no mês de maio de 1964 com sua mãe, Lúcia Emília de Carvalho Araújo (professora filiada ao Partido

⁸ A transferência dessa tribo de suas terras permitiu a concentração das terras brasileiras nas mãos de grupos internacionais, para além da construção da rodovia Transamazônica em 1969, cuja segunda etapa de construção (1970) culminou com uma grave crise econômica no Brasil, ocasionando o endividamento interno (Reina, 2019, p. 187).



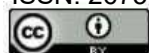


Comunista Brasileiro – PCB). Sua casa foi invadida por policiais civis e militares à paisana. Ambas – mãe e filha – foram encapuzadas, com saco de estopa (extremamente fétido) feito de ráfia dura para cobrir as suas cabeças⁹, foram colocadas em uma viatura que passou a rodar cidade afora, onde se iniciaram as torturas, o saco que lhes cobria a cabeça machucava seus rostos, os militares lhes ameaçavam de morte e espancamento. Depois de algum tempo rodando a cidade, chegaram à rua Aurora, no centro de Recife, onde ficava a Delegacia de Ordem Política e Social (Dops). De imediato, foram levadas para os fundos do imóvel. Iracema, ainda com a cabeça envolta pelo saco de estopa, foi colocada em um tanque com água, onde havia fios de cobre descascados, para provocar-lhe choques. Nesse momento, já não estava mais ao lado de sua mãe (Mila), mas conseguia ouvir seus gritos de dor, que ressoavam de longe. Iracema conta que, logo depois, mesmo de longe, conseguiu entrever, através das tramas malfeitas do capuz improvisado, um homem arrancando as unhas dos dedos de sua mãe com um alicate, o pânico e o pavor invadiam seu corpo mediante as cenas que presenciava (Reina, 2019, p. 29-30).

Os policiais lhe despiram, mas seu rosto ainda estava com o capuz de estopa. A menina recebeu choques em todas as partes do corpo, inclusive na vagina. Em um certo momento, teve sua cabeça descoberta, quando Dr. Osmar adentrou a sala onde ela estava, amedrontada, se tremia por completo por conta do pavor e dos choques. Osmar deu ordens aos policiais que parassem com a tortura, tendo em vista que Iracema era apenas uma menina. E mandou que a tirassem dali, foi quando os agentes de repressão cessaram as torturas. De imediato, levaram-na para a viatura e voltaram a dar voltas pela cidade. Tempos depois, já tarde da noite, foi abandonada na praça de Derby, em Recife, sentia um misto de medo e alívio e ainda sangrava, se encolhendo em um cantinho da praça até o dia amanhecer (Reina, 2019, 198-201).

Por conseguinte, conseguiu chegar à sua casa na Vila Tamandaré. *A priori*, recebeu ajuda de um casal que a destinou a outro casal posteriormente, o qual a levou para o Rio de Janeiro. Sua primeira identidade só foi expedida em São Paulo quando a

⁹ Os relatos de Iracema constam nos autos de seu processo nº 2004.01.48590, instituído pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça (Reina, 2019, p.197-198).





vítima já estava com 19 anos. Atualmente, é casada e tem 4 filhos, vive entre São Paulo e Pernambuco e abomina os acontecimentos dos quais ela e sua progenitora foram acometidas pelas forças militares da Ditadura. Nos autos da Delegacia, sob o registro de nº 17, consta apenas a prisão de Lúcia Emília e nada consta sobre Iracema, cuja mãe foi acusada de exercer atividades subversivas, haja vista a abertura de processo criminal contra ela, embora seu processo tenha sido registrado em Minas Gerais e não em Pernambuco, sob o registro nº P36014-MG, em que se encontram fotos de frente e perfis dela (Reina, 2019, 198-201).

Outro sequestrado, José de Ribamar – Zé Ribamar – foi preso aos 7 dias do mês de novembro de 1973 pelo Exército, junto com seu amigo Zé Wilson. Ficou cativo na base militar de Bacaba, à margem da Transamazônica, posteriormente foi levado para o Quartel de Belém do Pará, onde foi impelido a servir os militares. A vítima não foi encontrada, apesar de moradores da região do Araguaia relatarem que ele está vivo e que também mora nas proximidades dessa região. José Wilson de Brito Feitosa – Zé Wilson – (amigo de Ribamar), preso no Araguaia, na mesma data que seu amigo, 7 de novembro de 1973, também foi conduzido à base militar de Bacaba e teve o mesmo destino de Zé Ribamar, à semelhança, do amigo não foi encontrado (Reina, 2019, p. 30-31).

Juracy Bezerra de Oliveira, filho de Maria Bezerra de Oliveira e Raimundo Mourão Lira, com idade aproximada de 8 anos, foi levado pelo tenente do Exército Antônio Essílio Azevedo Costa, que o confundiu com o filho de Oswaldão, em São Geraldo, na década de 1972. Ele foi levado para Fortaleza, onde o oficial o registrou como seu filho. Juracy habita uma ilha no rio Araguaia, para onde retornou à procura de sua mãe biológica quando tinha pouco mais de 20 anos. Também forneceu documentos produzidos pelo Exército de Fortaleza à época. Sua irmã, Miracy Bezerra de Oliveira, também foi sequestrada em 1973, pelo sargento do Exército João Lima Filho, que a levou para Natal, no Rio Grande do Norte. Passado algum tempo, Juracy e sua genitora foram à cidade de Natal, procuraram o Exército e informações sobre a irmã e o oficial que a levou, mas não lograram êxito nessa ação (Reina, 2019, p. 32-33).





José Vieira, filho de Luiz Vieira, agricultor morto por militares na guerra do Araguaia, foi preso com o guerrilheiro Piauí – líder do destacamento A, em São Domingos no Araguaia, em janeiro de 1974. *A priori*, foi conduzido ao quartel do Exército de Belém do Pará, por conseguinte destinado a um quartel na região do Araguaia. Falsificaram seu documento de reservista e ele serviu à força militar como se à época tivesse 19 anos (sua idade também foi adulterada para que servisse o Exército, não se sabe de sua idade correta). Atualmente, reside em Anapu, no Pará. Deu depoimento sobre o sequestro e forneceu documentos de identificação fraudados pelo Exército para ele. Relatou a história de outros 5 filhos de camponeses que foram sequestrados com ele quando ainda eram adolescentes (Reina, 2019, p. 30-31).

Ademais, sobre o sequestro de bebês, crianças e adolescentes, a médica psicanalista Gilou Garcia Reynosso assinala que o objetivo dos militares na execução dessas ações era “Fazer desaparecer, apagar, negar até a própria morte”, apagando a existência e a morte desses seres humanos. Seria o mesmo que “matar a morte” (Rodriguez; Berlink, 1988).

No que tange à negativa de generais e de todo comando do Exército quanto à ocorrência dos atos terroristas – de repressão, tortura (com celas amplamente climatizadas com temperatura elevadíssima para confinamento de prisioneiros políticos; ou sonorizadas para expor barulhos e gritos dos cativos, esses martírios demandavam constantes instalações de equipamentos e adequação dos espaços etc.) – não pode ser legítima, pois não tinha como acontecerem torturas ou mortes dentro dos quartéis sem que seus comandantes tivessem ciência do ocorrido.

Reina (2019) dedicou-se às investigações mais aprofundadas sobre as motivações dos crimes cometidos por militares a serviço do regime ditatorial, a exemplo do caso dos 19 bebês, crianças e adolescentes sequestrados e da morte de guerrilheiros do Araguaia, bem como outros desaparecidos políticos que se opunham à Ditadura. Reina descobriu que, na ótica militar, os crimes dessa natureza seguiam/seguem o princípio da lógica estabelecida pelos militares em tempos de guerra, cujo objetivo central se resume em manter o poder e derrotar os inimigos. Assim, é válido ressaltar que, entre todos os





governos ditatoriais, apenas Ernesto Geisel admitiu parcialmente, em obra biográfica, a estratégia terrorista de Estado no combate aos que se opunham a tal regime: “Acho que a tortura em certos casos se torna necessária para obter confissões... houve aí muita cooperação do empresariado e dos governos estaduais” (Reina, 2019, p. 13 *apud* Gaspari, 2016). Tendo em vista que a organização OBAN – Organização Bandeirante¹⁰ funcionava em São Paulo, constituindo-se em obra do empresariado dessas bandas. Em declaração reproduzida acerca de um diálogo entre Geisel e o General do 4º Exército – Dale Coutinho –, depreende-se uma conversa sobre a execução daqueles que se mantivessem contrários ao regime. No trecho, o general diz:

– “Ah o negócio melhorou muito... aqui entre nós, quando começamos a matar”.

Geisel respondeu:

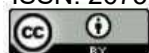
– “Oh Coutinho, esse negócio de matar é uma barbaridade, mas tem que ser...

Sabe que agora pegaram o tal líder e liquidaram com ele, não sei qual o nome dele” (Reina, 2019, p. 13).

Ambos se referiam a Oswaldão, que representava forte liderança entre os guerrilheiros do Araguaia. Ele foi assassinado em uma ação do Exército que envolveu aproximadamente 200 soldados, apenas alguns dias antes da conversa entre os dois generais. Nessa ocasião, os militares foram orientados a exterminar toda a família desse líder. Na sequência, mataram sua consorte e sequestraram quatro crianças, inclusive duas delas por equívoco, visto que ambas não eram filhas do guerrilheiro. Estranho é que, embora o extermínio de Oswaldo tenha sido registrado nas fontes documentais da Ditadura Militar, a morte de seu filho foi delas apagada/silenciada/escusa, para que fosse esquecida e não se tornasse passível de rememoração. Restou-lhe apenas o desaparecimento sem explicação, sucumbindo-se do mundo dos humanos.

A exemplo do filho de Oswaldo, estima-se o sequestro e a apropriação indevida de outras 18 crianças (somando-se 19 ao todo). Esses casos se tornaram segredos de Estado dos ditadores no Brasil. O que não é dito (tratado) cai no esquecimento. De acordo

¹⁰ Organização criada em 1969 (acredita-se que pelo Regime Militar do Brasil), cujo fito centrava-se em investigar e desarticular grupos revolucionários comunistas que existiam no país a essa época.





com Paul Ricoeur, o esquecimento é uma ameaça à memória (representação do passado), à reminiscência (resquícios do passado no presente) e às *anamnesis* (rememoração ou análise sistemática dos acontecimentos do passado). Nesse sentido, impede que a memória seja deixada como herança para a história. De modo que:

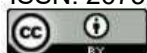
17

O passado está, por assim dizer, presente na imagem como signo da sua ausência, mas trata-se de uma ausência que não estando mais, é tida como tendo estado. Esse “tendo estado” é o que a memória se esforça por reencontrar. Ela reivindica a sua fidelidade a esse “tendo estado”. A tese é que o deslocamento da escrita para a recessão e a reapropriação não suprime esse enigma (Ricoeur, 2008, p. 1).

Quando se trata de acontecimentos do passado alicerçados em crimes cometidos, a exemplo das ações de militares na Ditadura Militar que violaram os Direitos Humanos, deveríamos realizar o dever de memória, reconstruindo o passado histórico por meio de memória(s) instituída(s) pela própria história e muitas vezes ferida por ela mesma. Nesse caso, a falta de registros documentais intencional visava, por parte dos militares, a impossibilitar a reconstrução dos fatos e a culpabilização pelas ações genocidas desenvolvidas em tempos de Ditadura Militar. Desse modo, os acontecimentos fizeram/fazem parte de uma estratégia intencional de conduzir a sociedade ao desconhecimento e/ou ao esquecimento desse passado sombrio. O crime de sequestro de crianças também ocorreu nos demais países da América Latina¹¹ que vivenciaram tempos de Ditadura Militar.

Outro delito cometido pelos militares, que se manteve silenciado (na tentativa de apagá-lo) por anos e só foi descoberto décadas depois, diz respeito ao sequestro e desaparecimento de cinco filhos de indígenas Marãiwatsédé em 1966 (com o consentimento de militares da Força Aérea Brasileira – FAB – e do Exército), cujas terras – localizadas no norte do Mato Grosso (aldeia Suiá Missu, entre os rios Xingu e Araguaia) – se negaram a entregar aos militares e grileiros, as quais posteriormente foram adquiridas por empresários paulistas, fosse pela riqueza em jazidas minerais delas e pelo amor às

¹¹ A esse exemplo, citamos os Anos de Chumbo da Argentina, período em que os militares exterminaram cerca de 300.000 militantes e sequestraram ou desapareceram com mais de 500 filhos de líderes opositores do regime (Reina, 2019, p. 14).



suas terras e à natureza. Nessa época, o governo militar abriu as portas das terras na Amazônia às empresas estrangeiras. Grande parte das terras brasileiras passaram a pertencer aos grupos estrangeiros. De acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o governo dos militares passou de “nacionalistas” (pelo menos em seus discursos) à entreguistas (Reina, 2019, p. 177-183).

Entre 1972 e 1976, no Pará, o índice de empresas estrangeiras no estado elevou-se de 21 para 463, o equivalente a um milhão e trezentos mil hectare de entrega de terras brasileiras ao estrangeiro, para empresas como John Davis (criada em 1970 – organização global), United Steel Corporation (fundada em 1901 em Pittsburg, na Pensilvânia), Nixford (empresa de computadores e derivados, cuja matriz localiza-se na Alemanha), King’s Ranch (empresa privada, fundada pelo capitão Richard King, no Texas), assim como compõe essa lista bancos, seguradoras, empreiteiras e montadoras de automóveis internacionais.

A esse exemplo de entreguismo, cita-se também o caso em que, a Daniel Ludwig, um multimilionário americano, a esse tempo, foi concedida a posse de um milhão e meio de hectare de terras no norte paraense, cujas posses englobavam, inclusive, as reservas minerais. Quase cinco décadas depois do ocorrido, já em 2018, os chamados “revoltosos” da tribo Xavantes Marãiwatsédé ainda reivindicavam seus direitos frente às atrocidades cometidas pelos militares que se diziam “patriotas” e que retiraram suas crianças de seus familiares e desapareceram com elas (Reina, 2019, p.15).

5 Combater discursos negacionistas é necessário: em defesa da democracia e dos direitos humanos

Destacamos a relevância de incentivarmos debates e estudos contínuos de estudantes e professores pesquisadores acerca dos Direitos Humanos, privilegiando conjuntos de conhecimentos que possibilitem e favoreçam prevenir crimes de violência, repressão, discriminação social, étnica e religiosa, bem como os ataques à democracia e que lesem os Direitos Humanos e a Constituição Federal do Brasil de 1988. Nesse sentido, faz-se necessário e urgente promover ações públicas que viabilizem a conscientização relativas às causas e às motivações que geram os crimes dessas naturezas e suas

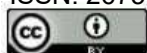


consequências. As análises de fontes documentais, como músicas, historiografias, documentos jornalísticos, entre outros, sobre essa temática, precisam ser debatidas e difundidas com o objetivo de fomentar o pensamento crítico e reflexivo sobre as formas de circulação dos discursos negacionistas que envolvem essas práticas terroristas, repressivas e antidemocráticas. É preciso levar em conta a atualidade do tema, considerando a onda negacionista que vem assolando o país nas últimas décadas com a proliferação das ideologias dos inúmeros grupos de direita nas Américas e em países europeus. Destacamos a necessidade de lembrar e aprender com as ações genocidas dos militares na época da Ditadura no Brasil e nos demais países da América Latina.

Ademais, faz-se necessário alertar a sociedade acerca dos perigos eminentes, uma vez que uma boa parte dela esteve envolta na cegueira imbuída da falta de conhecimento. É preciso educar, para que, por meio do conhecimento epistemológico das áreas das humanidades, os estudantes consigam desenvolver a consciência histórica pautada no pensamento crítico e reflexivo dos acontecimentos do passado, estabelecendo paralelos com o presente. A lição precisa ser pensada, criticada, difundida e, especialmente, aprendida por meio da ação educacional.

Desse modo, temos um intenso desafio, o de trabalhar com a história do tempo presente, tendo como referência o passado. Não podemos ignorar os usos e os abusos de poder que ocorreram durante a Ditadura Militar, assim precisamos lançar mão dos meios tecnológicos para combater *fake news*, discursos extremistas contra as diferenças religiosas, partidárias, étnicas e ações antirracistas que ferem os Direitos Humanos e a Constituição brasileira (1988).

Não podemos desconsiderar que inúmeros artistas brasileiros sofreram repressão direta em tempos de Ditadura, pela resistência e por buscar difundir, ainda que “às escondidas”, valores antiautoritários. Intelectuais que faziam parte de movimentos sociais e lutavam em prol da democracia no país também foram perseguidos e tiveram que se exilar em outro país, como ocorreu com Paulo Freire. Embora fossem tempos difíceis para as artes e cultura, tratou-se de um período criativo e prestigiado socialmente em decorrência do crescimento do mercado. O mercado de produção e de consumo, em tempos de censura e





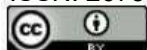
repressão, impulsionou a ampliação do mercado cultural voltado para a propagação de produtos de entretenimento, na televisão e na música popular brasileira.

Os artistas mais respeitados pelos intelectuais e pelas críticas encontravam-se exilados por conta da Ditadura Militar. A esse exemplo, citamos Chico Buarque (viveu uma fase de significativa popularidade nesse período e foi poupado de ir para a prisão), Geraldo Vandré (em entrevista de 1995, Vandré relatou que, após a decretação do AI-5, ele fugiu das garras da repressão ditatorial e conseguiu sair do país, fixando-se em Paris até 1970. Quando retornou ao Brasil, após sua breve detenção, o artista fingiu-se de “morto” e se despiu de seu personagem, passando a exercer o ofício de um discreto advogado), Augusto Boal e José Celso Martinez (após 1973), Gilberto Gil¹², Caetano Veloso chegaram a ser presos por três meses e, em julho de 1969, foram convidados a se retirarem do país, se exilando em Londres por três anos. A repressão atingia todas as expressões ideológicas e estéticas nos anos finais da década de 1960, os comunistas ligados ao campo nacional-popular, aqueles ligados à luta armada e os tropicalistas da vanguarda.

O grupo Secos e Molhados, em 1970, lançou um álbum (musical) que resumia a projeção cultural em oposição aos Anos de Chumbo, um mecanismo responsável por desenvolver espectadores, leitores e ouvintes que buscavam uma consciência libertária em tempos de sombras atendendo as demandas dos estudantes do Ensino Básico ou Universitários, da classe média de intelectuais e membros dos movimentos sociais.

A música “Eu deveria estar contente porque eu consegui comprar um Corcel 73”, de Raul Seixas, entre outras músicas que teciam críticas contundentes ao regime, protagonizou o desejo de inúmeros jovens trabalhadores de classe média desse período, que sonhavam “apenas” com a compra de um automóvel desse modelo e ano, visando a tirar algum proveito do dito “milagre” econômico. Canções como essas e tantas outras mais trabalhadas e conhecidas podem ser incluídas nas aulas de História, assim como de outras disciplinas como fontes de análises, reflexões e estudos, favorecendo o

¹² Merece destaque a música interpretada por Chico Buarque e Gilberto Gil: “Afasta de mim esse Cálice, Pai”; por ser um manifesto contra a censura e a repressão em tempos de Ditadura. As palavras “cálice” e “cale-se” se fundiam aludindo diretamente à censura, e o “vinho tinto de sangue” se referia aos porões da tortura (Napolitano, 2024, p. 182).





desenvolvimento do pensamento crítico-reflexivo dos estudantes nas salas de aula e, para além delas, nos extramuros das escolas e das universidades.

6 Considerações finais

21

Após se passarem seis décadas do golpe, o tema ainda se encontra atual. A preocupação em debater e divulgar os acontecimentos desse passado sombrio que ocorreu em tempos de Ditadura Militar tem se tornado *continuum* entre intelectuais e professores, cujos objetivos se referem a desmistificar as narrativas falseadas imbuídas de negacionismos sobre a Ditadura e temas (cor)relacionados. Uma das teses defendidas sobre a temática se refere às de Rodrigo Patto de Sá Motta, em que o professor assinala que se, ao findar do regime, os governantes que tomaram posse no momento de Redemocratização do país tivessem cobrado do Estado e dos responsáveis a culpa por seus atos inescrupulosos que feriram os Direitos Humanos, como direito à vida, liberdade de expressão etc., possivelmente teriam evitado episódios coletivos que ocorreram recentemente no Brasil, que colocaram a democracia brasileira em risco.

A transição da Ditadura Militar para a Redemocratização deveria ser também um marco de petições de investigações e punições aos crimes contra a democracia, teria ganhado fôlego e consistência, impossibilitando que os militares voltassem a atuar no cenário público brasileiro, como ocorreu nos últimos anos. A complexidade do cenário político em 1985 e nos anos posteriores, marcada pelas resistências incorporadas dentro das estruturas governamentais do país, bem como a cultura política brasileira, asseverou as tendências de conciliação do fim da Ditadura. Nos últimos anos, soma-se aos motivos já elencados para evitar os avanços de investigações dos crimes dessa natureza e a retomada dos militares aos cenários políticos brasileiros a ascensão da direita e dos interesses da classe empresarial e de conservadores.

A educação precisa ser um dos maiores projetos de uma nação. É preciso que a sociedade compreenda que “O povo não precisa de armas. O povo precisa de letras” (Kilomba, 2020, p. 12). A educação impulsiona os estudantes a desvendar o mundo, as





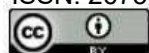
farsas e as arbitrariedades praticadas em tempos de totalitarismos e fascismos, a Ditadura precisa ser estudada com seriedade, buscando compreender sua trajetória e desvendando fatos que ainda não foram desvelados. Somente por meio dos processos envoltos na educação se é possível construir cidadãos cômnicos de seus direitos e deveres, sujeitos coparticipantes da sociedade.

Portanto, para compreender como as ditaduras operam, faz-se necessário que professores e intelectuais divulguem suas pesquisas sobre o tema, criem projetos de investigação e espaços de debate que envolvam a participação da comunidade, incentivando discussões e buscando compreender as causas e as motivações acerca da acomodação de regimes totalitários, fascistas no poder. Assim, tornará possível entender minimamente como esses acontecimentos ocorrem, bem como seus danos à sociedade e fortalecimento de estudos sobre os Direitos Humanos (como participação do povo), a Constituição Brasileira de 1988 – criada para defender e garantir direitos individuais e sociais aos cidadãos, como direito à vida, à moradia, à saúde, à liberdade de expressão, direito de ir e vir, entre outros que em tempos de regimes totalitários são aniquilados.

A educação dos estudantes, tanto das séries iniciais como da etapa que envolve o Ensino Médio, precisa colocar em seus programas de ensino e aprendizagem disciplinas que favoreçam o estudo dos documentos legais Direitos Humanos, Constituição Brasileira de 1988 e por disciplinas, como História, Geografia, Filosofia e Sociologia, que abordem temas, como Ditadura Militar, Holocausto, Discriminação Racial etc. Conteúdos que estão no mote dos temas sensíveis por abalar sentimentos humanos, sobretudo, daqueles que foram/são vítimas incluídas diretas ou indiretas de crimes que se encontram envoltos nessas temáticas.

Referências

ALBERTI, Verena. O professor de história e o ensino de questões sensíveis e controversas. Palestra proferida no **IV Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades**. Centro de Ensino Superior do Seridó (Ceres) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em Caicó (RN), de 17 a 21 de novembro de 2014.





ASSIS, Denise. **Cláudio Guerra**: matar e queimar. Curitiba: Editora Kottter, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio** – BNCC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf.

Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB, Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996.

CORRÊA, Marcos Sá. **1964 visto e comentado pela Casa Branca**. Porto Alegre: L&PM, 1977.

DIÓGENES, Maria do Socorro. **Amor, Luta e Luto**: no tempo da Ditadura. São Paulo: Ateliê Editorial, 2020.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964**: o Golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

FICO, Carlos. **Além do Golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2014.

FICO, Carlos. **O Golpe de 1964**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

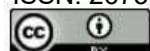
GASPARI, Elio. **A ditadura acabada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016, Liv. 5.

HARTOG, François. **Regime de Historicidade**: presenteísmo e experiências do tempo. São Paulo: Autêntica, 2013.

JUPIARA, Aloy; OTÁVIO, Chico. **Os porões da contravenção jogo do bicho e ditadura militar: a história da aliança que profissionalizou o crime organizado**. Record, 2015.

KILOMBA, Grada. Prefácio. In: FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Ubu, 2020.

MEDEIROS, Risalva Ferreira Nunes de *et al.* Entre Imagens e Letras: a memória da redemocratização do Brasil, a partir das fotografias dos livros didáticos de história. **Revista Pemo**, v. 04, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/7336>. Acesso em: 23 ago. 2024.





MOTTA, Marly. Apresentação. *In*: FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964**: o Golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados Presentes**: O golpe de 1964 a Ditadura Militar. Zahar, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. *In*: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **Novos combates pela História**: Desafios Ensino. São Paulo: Editora Contexto, 2021, p. 85-114.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do regime militar brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2024.

PAULA, Elenice; ZALUSKI, Jorge Luiz. Gênero, interseccionalidade e ensino de história **Revista Pemo**, Fortaleza, v. 4, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/9167>. Acesso em: 23 ago. 2024.

PRADO, Maria Lúcia Coelho. Defesa do ensino de História nas escolas. *In*: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **Novos combates pela História**: Desafios Ensino. São Paulo: Editora Contexto, 2021, p. 51-84.

REINA, Eduardo. **Cativeiros sem fim**: As histórias dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar no Brasil. Alameda Editorial, 2019.

REINHART, Koselleck. **Futuro do Passado**: contribuição semântica dos tempos históricos. Contraponto, 2006.

RICOEUR, Paul. História, memória e esquecimento. Budapeste, 8 de março de 2003. Conferência Internacional: **Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism**. Disponível em: https://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur. Acesso em: jul./2024.

RODRIGUEZ, Sérgio Aldo; BERLINK, Manoel Tosta (orgs.). **Psicanálise de sistemas sociais**. São Paulo: Editora Escuta, 1988.

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado**. Brasília: Editora UnB, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil**: Uma Biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.





OLIVEIRA; D. J.; REIS, M|. B. F. (orgs.). **Educação e Formação de Professores: perspectivas interdisciplinares**. Goiânia: Scotti, 2023.

VILLA, Marco Antônio. **Ditadura à brasileira: 1964-1985** A ditadura golpeada à esquerda e à direita. São Paulo: Leya, 2014. Acesso em: 25 mar. 2013.

25

ⁱ **Cleusa Teixeira de Sousa**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7252-9438>

Pesquisadora do CHSC-FLUC – Universidade de Coimbra – Portugal. Professora da Secretaria Estadual de Goiás (SEE-GO). Pós-Doutoranda do ProfHistória da UFG. Doutora em História pela UFG. Mestre, especialista e graduada pela mesma Instituição. Tem experiência na área de Ensino de História, atuando nos seguintes temas: Temas sensíveis: Holocausto/Shoá; Ditadura Militar; História e Cultura Africana e Afro-brasileira; Escravidão e Preconceito Estrutural; História da Cultura Afro-brasileira e Indígena; Diversidades Culturais.

Contribuição de autoria: análise formal e redação do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/427193330155671>

E-mail: cleotsou@gmail.com

ⁱⁱ **Maria Dailza da Conceição Fagundes**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9974-041X>

Universidade Estadual de Goiás

Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás. Docente no Curso de História e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP) da Universidade Estadual de Goiás.

Contribuição de autoria: leitura crítico-reflexiva e elaboração textual.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2541657916945480>

E-mail: mariadcfagundes@gmail.com

Editora responsável: Genifer Andrade.

Especialistas ad hoc: Rodrigo Luis dos Santos e Camila Saraiva de Matos.

Como citar este artigo (ABNT):

SOUSA, Cleusa Teixeira de; FAGUNDES, Maria Dailza da Conceição. O passado no presente: a Ditadura Militar no contexto educacional entre os temas sensíveis. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 7, e13824, 2025. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/13824>

Recebido em 25 de agosto de 2024.

Aceito em 15 de dezembro de 2024.

Publicado em 06 de março de 2025.

